

**ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA BENEFICENTE DR ADOLFO BEZERRA DE MENEZES
ABRIGO DA VELHICE DESAMPARADA**

CNPJ: 60.478.245/0001-50

ESTATUTO SOCIAL



CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA BENEFICENTE DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES, fundada em 15 de janeiro de 1941, designada ASSOCIAÇÃO, é uma associação sem fins lucrativos, não econômicos, de caráter privado e natureza filantrópica, com sede e foro social na Rua Dona Vicentina Alegretti, 265 - Penha de França, nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 60.478.245/0001-50, e que se regerá pelo presente Estatuto Social e a legislação pertinente.

Artigo 2º - A ASSOCIAÇÃO tem sua duração por tempo indeterminado.

Artigo 3º - A ASSOCIAÇÃO tem por finalidade a prestação de serviços na área de assistência social, com os objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, congregando todas as pessoas de boa vontade para, inspirada nos princípios espíritas, promover e fomentar estudos dos problemas sociais mais urgentes, conforme segue:

- a) Prestação de Serviços em instituição de longa permanência para idosos, em abrigo gratuito de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social;
- b) Dar assistência aos necessitados de socorros espirituais e prestação de auxílios materiais de qualquer espécie;
- c) Fundar e manter creches, lar para idosos, centros dia e outras instituições assistenciais gratuitas;
- d) Oferecer e desenvolver a educação moral, cívica e religiosa;
- e) Desenvolver atividades culturais;
- f) Criar programas Sociais;
- g) Promover assistência social e orientação a famílias, em situação de vulnerabilidade social;
- h) Promover e incentivar o voluntariado;
- i) Realizar pesquisas, estudos, debates, seminários e fóruns sobre temas de promoção humana, sobretudo temas espíritas;
- j) Promover a elaboração de manuais, vídeos e demais materiais de utilidade para a ASSOCIAÇÃO, realizando intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais.

§ 1º - A ASSOCIAÇÃO presta serviços permanentes, sem qualquer discriminação de raça, sexo, cor e religião, observando, no desempenho de suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

§ 2º - A ASSOCIAÇÃO, com o objetivo de obter recursos próprios, poderá se valer de contribuições de Associados, doações de pessoas físicas e jurídicas, criar fundos de reservas ou fundos patrimoniais (conforme preceitua o art. 2º da Lei 13019/2014), captar recursos e patrocínio para os projetos e programas da associação, se valer de Leis de Incentivo Fiscal, legados em testamentos, comercialização de produtos e serviços de produção própria e de terceiros, através de livrarias, bazares, lanchonetes, renda com locação de imóveis próprios, telemarketing, bem como beneficiar-se de eventos patrocínios e cooperação internacional, entre outras rendas, devendo, obrigatoriamente, reverter os recursos obtidos na realização de seus objetivos sociais.

Artigo 4º - Para a consecução de seus objetivos a ASSOCIAÇÃO poderá firmar convênios, termo de fomento ou colaboração, contratos, parcerias, intercâmbios e promover iniciativas conjuntas com demais organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, como também poderá se filiar

ou integrar o quadro de participantes de organizações ou entidades congêneres, recebendo subvenções ou colaboração técnica e financeira, inclusive emendas parlamentares, sendo a orientação e administração de tais atos de responsabilidade exclusiva da Diretoria.

Artigo 5º - A ASSOCIAÇÃO adotará Regimento Interno que, se aprovado pela Diretoria, disciplinará seu funcionamento.

Artigo 6º - A fim de cumprir suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO organizar-se-á em tantas unidades de trabalho ou grupos de apoio quantos forem necessários, a critério da Diretoria, podendo abrir filiais, escritórios, ou o que melhor lhe aprouver em qualquer parte do território nacional.

Artigo 7º - Para a propaganda oral do espiritismo, além das sessões públicas, poderá a ASSOCIAÇÃO:

- I. Promover a realização de conferências públicas, a cargo de pessoas de sua confiança;
- II. Enviá-las a lugares onde convenha à ASSOCIAÇÃO representar-se, para difundirem o programa doutrinário.
- III- Criar espaço próprio destinado a eventos cursos, palestras e seminários.



CAPÍTULO II - DO QUADRO SOCIAL

Seção I

Dos Associados

Artigo 8º - A ASSOCIAÇÃO será constituída por número ilimitado de associados, distribuídos em 03 (três) categorias, a saber:

I. CONTRIBUINTE: assim consideradas, as pessoas físicas ou jurídicas, simpatizantes das atividades da ASSOCIAÇÃO, e que contribuam periodicamente com uma quantia em dinheiro para a manutenção da mesma.

II. EFETIVOS: Assim considerados os Associados Contribuintes que estejam prestando relevantes serviços à ASSOCIAÇÃO, no período mínimo de 01(um) ano.

III. BENEMÉRITOS: assim consideradas as pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, tenham prestado relevante colaboração à ASSOCIAÇÃO.

Seção II

Da Admissão e do Desligamento

Artigo 9º - Os Associados Efetivos serão admitidos na ASSOCIAÇÃO por proposta do interessado apresentada à Diretoria, e referendada pela Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 10º - Os Associados Contribuintes serão admitidos na ASSOCIAÇÃO mediante preenchimento da Proposta de Associado, dirigida à Diretoria.

§ Único - A qualidade de associado é intransmissível.

Artigo 11º - O desligamento do associado, seja ele Contribuinte, Efetivo ou Benemérito ocorrerá:

- I. por motivo de falecimento, de interdição, de doença, e por ausência, na forma da lei civil;
- II. voluntariamente, por solicitação ao setor competente;
- III. compulsoriamente, por decisão da Diretoria, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a ASSOCIAÇÃO.

§ Único - O associado que venha a sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá recorrer, sem efeito suspensivo, à Assembleia Geral, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência de sua exclusão.

[Handwritten signature]

Seção III
Dos Direitos e Deveres

Artigo 12º - São deveres dos Associados:

a) - Associados Contribuintes:

- I. Respeitar e observar o presente Estatuto, o Regimento Interno, as disposições regimentais e as deliberações da Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Assembleia Geral;
- II. Prestar à **ASSOCIAÇÃO** toda cooperação moral, material e intelectual, esforçando-se pelo crescimento da mesma;
- III. Apresentar, sempre que possível, novos Associados Contribuintes, visando à expansão e à dinamização da **ASSOCIAÇÃO**;
- IV. Comunicar, por escrito, à Diretoria, suas alterações cadastrais;
- V. Efetuar sua contribuição pontual e regularmente.

b) - Associados Efetivos:

Além dos deveres dos Associados Contribuintes, compete aos Associados Efetivos:

- I. Comparecer às Assembleias Gerais quando convocados, e ainda participar dos grupos designados a promover as atividades patrocinadas pela **ASSOCIAÇÃO**.
- II. Integrar as comissões para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Diretoria.

Artigo 13º - São direitos dos Associados:

- I. Votar e ser votado para os cargos eletivos, quando se tratar da categoria "Efetiva", observadas as disposições estatutárias;
- II. Participar de todos os eventos patrocinados pela **ASSOCIAÇÃO**;
- III. Reclamar o cumprimento do Estatuto da **ASSOCIAÇÃO**, visando a preservar suas finalidades primordiais.

Artigo 14º - O Associado Efetivo perderá esta categoria quando:

- I. Solicitar, por escrito, seu desligamento do quadro associativo;
- II. Por decisão da Diretoria, referendada pela Assembleia Geral, por maioria simples de votos, após apreciação de recurso eventualmente interposto;
- III. Subversão interna, das atividades e trabalhos desenvolvidos pela **ASSOCIAÇÃO**;
- IV. Oposição sistemática à ordem social, ou, ainda, aquele que tenha uma conduta moral, associativa ou pública, inconveniente aos objetivos da **ASSOCIAÇÃO**.
- V. Deixar de comparecer a três reuniões, quando convocado, sem a devida justificativa.

Artigo 15º - Os Associados, diretores e conselheiros não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da **ASSOCIAÇÃO, como também não terão nenhum direito a remuneração ou honorários por serviços ou trabalhos realizados.**



[Handwritten signature]



CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Da Assembleia Geral

Artigo 16º - A Assembleia Geral, órgão soberano da ASSOCIAÇÃO, constituir-se-á de todos os Associados Efetivos, em pleno gozo de seus direitos legais e estatutários, que poderão ser nomeados para os cargos da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo.

§ Primeiro - As assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias poderão ser realizadas de forma presencial, por meio eletrônico (virtual), e/ou híbrido, devendo constar no edital de convocação a forma escolhida pela Diretoria para a sua realização, sendo assegurados os direitos de representação, participação, manifestação e votos de seus Associados;

§ Segundo - As assembleias realizadas em ambiente virtual e/ou híbrido, utilizarão sistema ou plataforma digital para esta finalidade, atendendo aos requisitos legais referentes à convocação, quórum para a instalação, votação, publicação da ata, e contará com direção, controle, coordenação e fiscalização pela Instituição, nos termos deste Estatuto e no que mais dispuser o Regimento Interno;

§ Terceiro - Para fins de convocação, será considerada válida a expedição de correspondência eletrônica, com envio de mensagens em caixa postal eletrônica indicada pelo Associado (mensagem tipo "e-mail"), ou, ainda, por outro meio eletrônico que seja possível a confirmação de leitura, que deverá conter todos os dados expressos no Edital de Convocação.

§ Quarto - Para fins de comprovação de participação nas assembleias virtuais ou híbrida, será considerado válido a indicação do documento do participante e, se necessário, a apresentação do mesmo no ambiente virtual, e, quando for possível, o sistema utilizado poderá gerar lista de acesso dos presentes durante a realização das assembleias, e quando forem presenciais serão feitas listas de presença;

§ Quinto - Presente o número legal de Associados Efetivos, em primeira ou segunda convocação, conforme o disposto no artigo 20, parágrafo 1º, o Presidente da Diretoria Executiva abrirá os trabalhos da Assembleia, declarando-a instalada, e em seguida passará a direção ao Presidente que for por ela indicado.

Artigo 17º - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da ASSOCIAÇÃO para o qual for convocada;
- II. Decidir pela reforma do Estatuto Social.
- III. Decidir sobre a extinção da ASSOCIAÇÃO;
- IV. Destituir os membros da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Consultivo;
- V. Apreciar o relatório da Diretoria e decidir sobre a aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras anuais;
- VI. Aprovar proposta da Diretoria para exclusão de Associado Efetivo e apreciar recurso eventualmente interposto pelo mesmo;
- VII. Eleger os membros do Conselho Consultivo.

Artigo 18º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do Presidente da Diretoria Executiva.

I. No primeiro trimestre de cada ano para:

a) Apreciar o relatório anual da Diretoria;



b) Discutir e aprovar as Demonstrações Contábeis e Financeiras anuais.

II. A cada 02 (dois) anos, para eleição e posse do Conselho Consultivo.

Artigo 19º - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

I. Pelo Presidente da Diretoria Executiva;

II. Por requerimento dirigido à Presidência, por 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos;

III. A pedido do Conselho Fiscal ou Consultivo, dirigido ao Presidente da Diretoria Executiva.

Artigo 20º - A Assembleia Geral será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, através de edital afixado na sede da **ASSOCIAÇÃO**, por circulares, por correspondência postal, ou qualquer meio eletrônico, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Qualquer Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com maioria simples dos Associados Efetivos, e, em segunda convocação, decorridos trinta minutos, com qualquer número;

§ 2º - As deliberações serão tomadas, necessariamente, com a presença de maioria simples dos Associados votantes; salvo as dos incisos II, III e IV do artigo 17º, que exigirão o voto de 2/3 (dois terços), dos Associados Efetivos presentes.

a) Extinguir a **ASSOCIAÇÃO** e nomear liquidante;

b) Reformar parcial ou totalmente o presente Estatuto;

c) Destituir membros da Diretoria Executiva.

§ 3º - Quando a Assembleia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação;

§ 4º - Nos demais casos, as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos associados presentes, observadas as exceções previstas no presente Estatuto Social.

Seção II

Da Diretoria

Artigo 21º - A **ASSOCIAÇÃO** será administrada por uma Diretoria, eleita dentre os Associados Efetivos, com a seguinte composição:

I. Presidente;

II. Vice-Presidente;

III. Primeiro Secretário;

IV. Segundo Secretário;

V. Primeiro Tesoureiro;

VI. Segundo Tesoureiro;

VII. Terceiro Tesoureiro;

VIII. Diretor do Departamento Jurídico;

IX. Subdiretor do Departamento Jurídico

X. Diretor do Patrimônio.

XI. Diretor de Comunicação

§ 1º - O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, o do Conselho Consultivo será de 02 (dois), 04 (quatro) e 06 (seis) anos, conforme artigo 38º deste estatuto, sendo facultada a reeleição da totalidade ou de qualquer um dos seus membros.

§ 2º - Os associados, membros da Diretoria, dos Conselhos Fiscal e Consultivo da ASSOCIAÇÃO, não poderão obter, de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios, devendo, para tanto, adotarem práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente parágrafo.

§ 3º - A nomeação de Diretores das Unidades ou Departamentos, que forem julgados necessários à ASSOCIAÇÃO, será de competência da Diretoria Executiva eleita pelo Conselho Consultivo.

Artigo 22º - Os Diretores, Conselheiros, Associados Efetivos, Instituidores, Mantenedores, Benfeitores ou equivalentes, não perceberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Artigo 23º - Compete à Diretoria:

I. Administrar com probidade a ASSOCIAÇÃO;

II. Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o Estatuto Social, o Regimento Interno, a legislação vigente e as decisões da Assembleia Geral;

III. Propor à Assembleia Geral a exclusão de Associado Efetivo;

IV. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis e Financeiras para apreciação e aprovação;

V. Deliberar sobre a convocação das Assembleias Gerais;

VI. Aprovar o Regimento Interno;

VII. Autorizar a celebração de contratos e convênios;

VIII. Receber e homologar proposta para admissão de Associados Efetivos, de conformidade com o Artigo 8º, Inc. II;

IX. Fixar a contribuição mínima dos associados;

X. Propor solicitação de convênios e subvenções, bem como participar da formalização, organização e supervisão dos convênios já firmados, inclusive participando das reuniões de avaliação junto a técnicos responsáveis pelos mesmos;

XI. Zelar pelo patrimônio social e material da ASSOCIAÇÃO;

XII. Nomear comissões especiais e permanentes, grupos de trabalhos, convocando para integrá-los os membros da Diretoria ou do quadro de associados.

XIII. Proceder às nomeações a que se refere este Estatuto.

XIV. Em caso de necessidade a Diretoria Executiva poderá criar cargos administrativos remunerados de acordo com o art. 3º da Lei complementar nº 187 de 2021.

Artigo 24º - A Diretoria reunir-se-á:



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

- I. Ordinariamente, uma vez por mês, ou em menor tempo, desde que necessário, de forma presencial, virtual ou híbrida;
- II. Extraordinariamente, de forma presencial, virtual ou híbrida sempre que necessário.

Artigo 25º - Compete ao **PRESIDENTE**, além do que a Assembleia Geral atribuir-lhe:

- I. Representar a **ASSOCIAÇÃO**, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e o Regimento Interno;
- III. Superintender todo o movimento da **ASSOCIAÇÃO** coordenando o trabalho dos demais Diretores;
- IV. Nomear e demitir empregados da **ASSOCIAÇÃO**, quando for necessário;
- V. Presidir as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria, subscrevendo com o Secretário as respectivas atas, exceto as de prestações de contas e as de eleição dos membros da Diretoria;
- VI. Celebrar contratos e convênios de interesse da **ASSOCIAÇÃO**, autorizar a movimentação de fundos da **ASSOCIAÇÃO**, abrir, movimentar e encerrar as contas bancárias, sempre em conjunto com o Primeiro Tesoureiro, e, no seu impedimento, com o Segundo ou o Terceiro Tesoureiros;
- VII. Aceitar doações onerosas para integrar o Patrimônio da **ASSOCIAÇÃO** *ad referendum* da Assembleia Geral;
- VIII. Vender, alienar e dar em caução bens móveis;
- IX. Em conjunto com o Primeiro Tesoureiro, e, no seu impedimento, com o Segundo ou o Terceiro Tesoureiros, e com expressa autorização da Assembleia Geral, vender, alienar, hipotecar e dar em caução imóveis da **ASSOCIAÇÃO**.

Artigo 26º - Compete ao **VICE-PRESIDENTE**:

- I. Auxiliar o Presidente e substituí-lo em seus impedimentos ou ausências, ou por delegação de poderes.
- II. Assumir a Presidência no caso de o Presidente falecer ou renunciar ao cargo, devendo convocar, dentro de 20 (vinte) dias, Assembleia Geral para o preenchimento do lugar, se faltarem mais de 60 (sessenta) dias para a expiração do mandato.

Artigo 27º - Compete ao **PRIMEIRO SECRETÁRIO**:

- I. Superintender, organizar e dirigir os serviços de Secretaria;
- II. Ter sob sua guarda livros e arquivos relacionados às suas atribuições;
- III. Secretariar as sessões das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria, redigir e subscrever com o Presidente as respectivas atas;
- IV. Responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos sociais, esclarecimentos e relações públicas;
- V. Manter atualizado o quadro de associados e respectivo cadastro.
- VI. Em seu impedimento será o Primeiro Secretário substituído pelo Segundo Secretário.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

Artigo 28º - Compete ao PRIMEIRO TESOUREIRO:

- I. Superintender, organizar e dirigir os serviços de tesouraria;
- II. Arrecadar a receita e efetuar o pagamento das despesas;
- III. Movimentar as contas bancárias, conjuntamente com o Presidente;
- IV. Dirigir e fiscalizar a contabilidade e ter sob sua guarda os livros e documentos necessários para esses fins;
- V. Controlar as contribuições associativas, propondo à Diretoria as medidas julgadas necessárias.
- VI. Assinar em conjunto com o Presidente nos casos de alienar, hipotecar ou dar em caução imóveis da ASSOCIAÇÃO.
- VII. Em seu impedimento o Primeiro Tesoureiro será substituído pelo Segundo Tesoureiro, e, no impedimento deste, pelo Terceiro Tesoureiro.



Artigo 29º - Compete ao DIRETOR DO DEPARTAMENTO JURÍDICO:

- I. Zelar pela documentação da ASSOCIAÇÃO junto às Repartições Públicas, e exercer, de modo geral, os contatos de interesse da ASSOCIAÇÃO; e em seu impedimento será substituído pelo Subdiretor do Departamento Jurídico.

Artigo 30º - Compete ao DIRETOR DO PATRIMÔNIO:

- I. Fiscalizar os bens imóveis da ASSOCIAÇÃO, providenciando sobre quaisquer obras de que os mesmos necessitem, mediante autorização da Diretoria, ou, em caso de urgência, tomar as decisões mais convenientes, e levá-las ao conhecimento da Diretoria, justificando suas providências.
- II. Inventariar os bens imóveis, móveis e outros objetos pertencentes à ASSOCIAÇÃO, cuidar da sua conservação e reparação, efetuar todas as compras autorizadas, e, sem autorização, as de urgência, justificando-as posteriormente.

Artigo 31º - Compete ao DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:

- I. Gerir, de forma geral, a comunicação da Associação de acordo com os objetivos definidos pela Diretoria, supervisionar a produção de materiais de comunicação, como comunicados de imprensa, posts em redes sociais, vídeos institucionais, zelando sempre pela imagem da Associação.

Artigo 32º - O Diretor que faltar a 03 (três) reuniões sucessivas ou 05 (cinco) alternadas, no exercício social, sem motivo justificado e aceito pela Diretoria, perderá o mandato, *ad referendum* da Assembleia Geral que se realizar imediatamente após a deliberação daquela.

Artigo 33º - No caso de vacância de um ou mais cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, os substitutos serão escolhidos pela Diretoria *ad referendum* do Conselho Consultivo, e exercerão suas funções até o término do mandato de seus pares.

§ 1º - No caso de vacância do Conselho Consultivo, os substitutos serão escolhidos pela Diretoria *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



Seção III Do Conselho Fiscal

Artigo 34º - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira da Diretoria, será composto de 03 (três) membros titulares e 01 (um) suplente, todos Associados Efetivos, eleitos e considerados empossados pelo Conselho Consultivo.

Artigo 35º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 02 (dois) anos, podendo eles ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Artigo 36º - Compete ao Conselho Fiscal:

I. Examinar a contabilidade, respectivos livros e demais documentos pertinentes, zelando para que seja feita dentro dos princípios fundamentais da Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II. Verificar a situação do caixa, os valores em depósito, as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e patrimoniais;

III. Examinar o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Contábeis e o Balanço Geral anuais, emitindo parecer para aprovação da Assembleia Geral;

IV. Expor à Assembleia Geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo medidas necessárias ao saneamento.

V. Acompanhar o trabalho de auditores externos independentes;

VI. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, caso entenda necessário;

VII. Impugnar as contas quando necessário;

VIII. Fiscalizar a gestão econômico-financeira da ASSOCIAÇÃO;

IX. O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente no primeiro trimestre, em sua maioria absoluta, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Diretoria da ASSOCIAÇÃO, pela maioria simples dos membros do Conselho Consultivo, ou pela maioria dos membros do próprio Conselho Fiscal.

X. Os que o compuserem poderão assistir às sessões da Diretoria como fim de obterem esclarecimentos, sem entretanto, intervir nas deliberações.

Artigo 37º - As contas da Diretoria, cujo mandato se encerra, serão objeto de parecer do Conselho Fiscal, que tem seu mandato vencido na mesma ocasião, mesmo que isso ocorra no primeiro trimestre seguinte.

Seção IV CONSELHO CONSULTIVO E VITALÍCIO

Artigo 38º - O Conselho Consultivo compor-se-á de 21 (vinte e um) membros eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, sendo 7 (sete) com mandato de 2 (dois) anos, 7 (sete) com mandato de 4 (quatro) anos e sete com mandato de 6 (seis) anos, podendo os mesmos ser reeleitos.

I. O Conselho Consultivo terá um Presidente e um secretário, escolhidos pelos próprios Conselheiros;

II. Só poderão ser eleitos para o Conselho Consultivo os Associados efetivos que satisfizerem as exigências deste Estatuto e se registrarem como candidatos, na Secretaria, até 30 (trinta) dias antes das eleições.

III. Para eventuais substituições no Conselho Consultivo, deste fará parte um quadro de 7 (sete) suplentes.

IV. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 30 (trinta) dias, de forma presencial, virtual ou híbrida.

Artigo 39º - Além das sessões ordinárias, o Conselho Consultivo se reunirá extraordinariamente, de forma presencial, virtual ou híbrida, quando a Diretoria ou o seu Presidente achar por bem convocá-lo a fim de submeter-lhe à apreciação e deliberação, assuntos de interesse da **ASSOCIAÇÃO**.

§ Único - Sua convocação para a reunião extraordinária poderá ser feita mediante carta dirigida postal ou por meio eletrônico, a cada um de seus membros, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data escolhida para a reunião.

Artigo 40º - O Conselho Consultivo não poderá funcionar em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, 2 (dois) terços de seus componentes, ou, em segunda convocação, com um mínimo de 1 (um) terço.

Artigo 41º - O Conselho Consultivo reunir-se-á anualmente de forma presencial, virtual ou híbrida, no primeiro trimestre de cada ano, para tomar conhecimento do Relatório e dos atos da Administração e deliberar a respeito; e ainda lhe compete:

I. Dar parecer sobre a alienação de imóveis pertencentes à Associação;

II. Acompanhar os atos da Administração, certificando-se de que estes vêm ao encontro dos interesses da **ASSOCIAÇÃO** e sua finalidade nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;

III. Aprovar a inclusão de novos Associados Efetivos indicados à Diretoria;

IV. Aprovar proposta da Diretoria para exclusão do Associado Efetivo que não observar o presente Estatuto, o Regimento Interno e os ideais da **ASSOCIAÇÃO**;

V. Eleger e empossar os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

VI. Aprovar a proposta da diretoria executiva sobre a forma de eleição prevista no item 4º do artigo 43º.

Artigo 42º - Farão parte do Conselho Consultivo Vitalício:

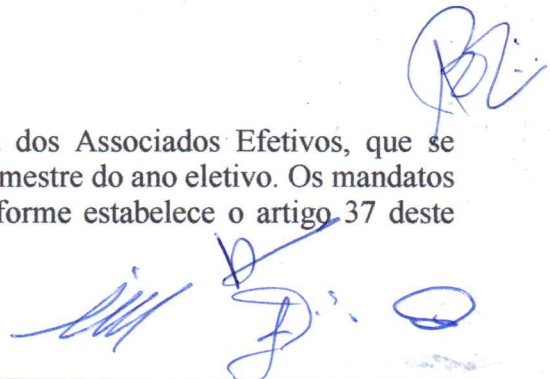
I. Um número ilimitado de associados, que, durante 25 (vinte e cinco) anos, tenham se dedicado, com grande destaque, ao trabalho em qualquer dos vários setores da **ASSOCIAÇÃO**, quer tenham ou não tenham ocupado cargos ou títulos, tenham ou não tenham sido Conselheiros, ou Diretores, eleitos ou nomeados.

II. Esses associados deverão ser indicados e aprovados em Assembleia Geral que coincida com as datas de eleições de novas Diretorias;

III. Os membros deste Conselho têm os mesmos direitos, deveres e obrigações atribuídas aos Conselheiros Consultivos.

CAPÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES

Artigo 43º - A eleição do Conselho Consultivo é da competência dos Associados Efetivos, que se reunirão em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no primeiro trimestre do ano eletivo. Os mandatos de seus membros serão de 2 (dois), 4 (quatro) e 6 (seis) anos, conforme estabelece o artigo 37 deste Estatuto.



- I. O Associado Efetivo que desejar se candidatar a conselheiro Consultivo deverá fazer sua inscrição, junto ao presidente do conselho até 30 (trinta) dias antes da realização assembleia geral;
- II. Convocada a Assembleia Geral Ordinária, serão escolhidos dois membros para auxiliar a eleição;
- III. Não será permitido o voto por procuração;
- IV. Somente poderá votar o Associado Efetivo que estiver quíte com a Tesouraria;
- V. Apurados os votos e resolvidas as impugnações acaso existentes, o Presidente da mesa proclamará os eleitos, cuja posse se dará de imediato assumindo eles o exercício de seus mandatos ao final da Assembleia Geral.

Artigo 44º - A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão eleitos pelo Conselho Consultivo em reunião convocada especialmente para esse fim, também no primeiro trimestre do ano eletivo.

I - Nas chapas concorrentes à Diretoria Executiva constarão os nomes dos candidatos e os respectivos cargos, devendo as mesmas estar completas, com indicação de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Terceiro Tesoureiro, Diretor Departamento Jurídico, Sub-Diretor Departamento Jurídico e Diretor do Patrimônio. Os candidatos somente poderão participar em uma única chapa. As chapas poderão ser apresentadas por qualquer associado efetivo em pleno gozo de seus direitos estatutários, até 30 (trinta) dias antes da realização assembleia geral em primeira convocação.

II - Todos os nomes constantes na chapa deverão atender plena e satisfatoriamente as disposições contidas neste Estatuo Social.

III - Os candidatos aos cargos da Diretoria Executiva, mencionados no parágrafo primeiro, deverão demonstrar sua idoneidade com apresentação de certidão do distribuidor civil e criminal, expedida a menos de 90 (noventa) dias.

IV - A eleição será realizada por voto secreto, aberto, por escrito ou de forma eletrônica, mediante assinatura de Lista de Presença dos Associados, conforme decisão do conselho consultivo.

V - A chapa vencedora será aquela que obtiver a maioria do número de votos.

VI - Em caso de chapa única a mesma será eleita por aclamação.

CAPÍTULO V – DO PATRIMÔNIO

Artigo 45º - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO compor-se-á dos bens móveis, imóveis e semoventes a ela pertencentes, ou que vierem a ser adquiridos por compra, doação ou legado, contribuições, donativos, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo ou natureza.

Artigo 46º - Para a realização e sustentação de seus objetivos, a ASSOCIAÇÃO fará uso de recursos próprios originários das contribuições dos associados, doações de pessoas físicas ou jurídicas; subvenções advindas dos poderes públicos das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal); entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais; promoções de eventos sociais, de iniciativa própria ou conjunta.

§ 1º - Todas as rendas, recursos e eventual resultado operacional, serão aplicados integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais da ASSOCIAÇÃO.

§ 2º - As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas.

§ 3º - Não serão distribuídos resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma.

§ 4º - Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro do Município ou Estado que originou o mesmo.



§ 5º - A ASSOCIAÇÃO, poderá fazer provisão financeira para manutenção de suas atividades, bem como para ampliação e modernização de sua infraestrutura.

§ 6º - Será aplicado anualmente, em gratuidade, a totalidade da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas.

§7º- Em nenhuma hipótese, mesmo com a dissolução da Associação, poderão os associados pleitear desta a restituição de contribuições que tiverem prestado à constituição do patrimônio da Associação.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47º - Nenhum associado poderá se fazer representar em Assembleia Geral ou reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal ou do Conselho Consultivo por procuração.

Artigo 48º - Todas as Unidades e Departamentos deverão apresentar à Diretoria Executiva relatórios mensais das suas atividades.

Artigo 49º - Obriga-se a ASSOCIAÇÃO a fornecer assistência jurídica aos membros da Diretoria Executiva no caso de ações que sejam movidas contra os mesmos em razão de atos praticados no cumprimento de seus mandatos.

Artigo 50º - A ASSOCIAÇÃO será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível à continuação de suas atividades, observado para tanto o disposto neste Estatuto Social.

Artigo 51º - Em caso de dissolução ou extinção, a Assembleia Geral destinará o eventual patrimônio remanescente da ASSOCIAÇÃO à outra entidade com fins congêneres, que cumpra os requisitos da Lei 13.019/2014, com personalidade jurídica preferencialmente espírita, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, devidamente registrada no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e possuidora do Certificado de Entidade de Assistência Social – CEBAS ou órgão público que o venha a substituir.

Artigo 52º - O presente Estatuto Social poderá ser reformado, no todo ou em parte e em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos Associados Efetivos, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 53º - É vedada a participação da Associação em quaisquer campanhas partidária ou política.

Artigo. 54º – Obriga-se a Associação a estabelecer princípios e diretrizes para o manuseio e tratamento de dados pessoais de seus associados, empregados, acolhidos e voluntários, com o objetivo de proteger os direitos de seus titulares conforme preceitua a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Capítulo VII

Das Questões Contábeis

Artigo 55º - O ano social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 56º - A ASSOCIAÇÃO na elaboração das Demonstrações Financeiras, deverá observar rigorosamente os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo Único – A ASSOCIAÇÃO deverá fazer com probidade a prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da



[Handwritten signatures and initials]

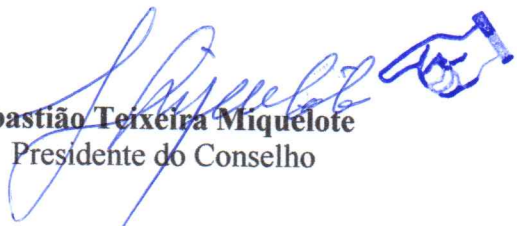
Constituição Federal.

Artigo 57º – A ASSOCIAÇÃO ao término de cada exercício social tornará público por meio eficaz as demonstrações financeiras, relatório das atividades, bem como as certidões negativas de débito junto ao INSS e FGTS, além de colocar tais documentos à disposição para exame de qualquer cidadão.

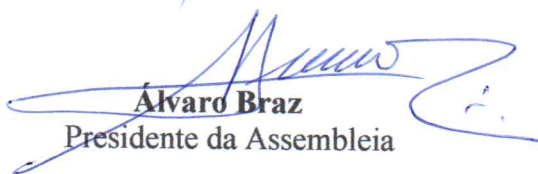
Artigo 58º - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

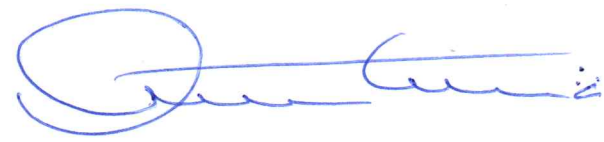
Artigo 59º - O presente Estatuto é regido pelas normas previstas no código civil Lei 10.406/2002, Lei 13.019/2014 das parcerias voluntárias, lei complementar 187/2021 e o decreto que a regulamentou nº 11.791/2023 e demais legislação pertinente.


Este Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2023 e entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário. Teve seu primeiro registro em 12 de março de 1941 e sua última alteração em 11 de junho de 2015. Assinado: Dr. Alvaro Braz – Presidente da Assembleia; Maria Ferreira Xavier – Presidente da Associação; Sebastião Teixeira Miquelote – Presidente do Conselho Consultivo; Dr. Aparecido do Ó de Lima – Sub. Diretor do Deptº Jurídico e Claudio Morales de Oliveira – Secretário.


Sebastião Teixeira Miquelote
Presidente do Conselho


Maria Ferreira Xavier
Presidente da Associação

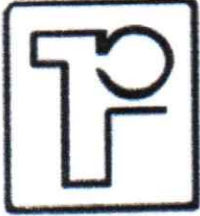

Alvaro Braz
Presidente da Assembleia


Dr. Aparecido do Ó de Lima
Advogado OAB/SP nº 72.409
Contador CRC1SP099544/0-0


Claudio Morales de Oliveira
1º Secretário

410 SUBDISTRITO DE SÃO PAULO - CANGAÍBA
Av. Cangaíba nº 950 - Oficial: Bel. MARIO LUIS MIGOTTO
Reconheço por semelhança as firmas de: MARIA FERREIRA XAVIER e SEBASTIÃO
TEIXEIRA MIQUELOTE, em documento com valor econômico, do nº.
São Paulo, 04 de Janeiro de 2024.
Em Testemunho da verdade.
VIVIANE AMORIM - Substituta
"Válido somente com selo de autenticidade"
; Firma R\$ 24,40; Qtd 2; Total; Selo(s): 2 Atos:AA-0168729





1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Rua Dr. Miguel Couto, 44 - Centro

Tel.: (XX11) 3104-8770 - Email: pj@1rtd.com.br - Site: www.1rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 491.341 de 22/01/2024

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **29 (vinte e nove) páginas**, foi apresentado em 04/01/2024, protocolado sob nº 584.113, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **491.341** e averbado no registro n. 7611 de 09/05/1961 no Livro de Registro A deste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

ASSOCIACAO ESPIRITA BENEFICENTE DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES
CNPJ nº 60.478.245/0001-50

Natureza:

ATA E NOVO ESTATUTO

São Paulo, 22 de janeiro de 2024

Adriana Araujo Paulo Rego
Escrevente Autorizado

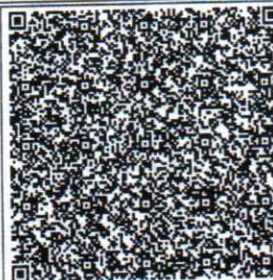
Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
RS 273,32	RS 77,89	RS 53,22	RS 14,42	RS 18,66
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 13,17	RS 5,72	RS 0,00	RS 0,00	RS 456,40



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00210963874362351



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1115914PJDC000002777EE24Q